

ECONOMIA DA CULTURA E INFRAESTRUTURA INTELECTUAL (NOTAS SOBRE A LINHA DE PESQUISA DO PPGHE-USP)¹

Lincoln Secco

Professor de História Contemporânea – USP

O livro pode estar a serviço da História, como disse Lucien Febvre². Mas o que ele é exatamente? Uma reunião de signos materializados num conjunto de folhas dobradas. Esta e outras centenas de definições seriam insuficientes³. Ela mesma nos remete à passagem do *volumen* (o rolo que suportava os escritos dos antigos) ao códice, um formato que revolucionou a cultura nos primeiros séculos da cristandade⁴. Mas um conjunto de livros deve ser encarado antes de tudo como uma imensa coleção de mercadorias. Ele pode ser tão mistificado quanto qualquer outro objeto mercantil. Separado do produtor, ele pode reaparecer como se existisse por conta própria, iludindo os seus leitores⁵.

Marx tratou do ingresso do escritor na engrenagem do processo de acumulação de capital ao considerá-lo um trabalhador produtivo submetido a uma empresa editorial. Mas ressaltou que a natureza artesanal da confecção das obras impedia que aquele trabalho fosse submetido *realmente* ao capital e que a escrita pudesse ser “rotinizada” como as operações de supervisão de uma máquina na grande indústria.

- 1 Este artigo visa dar suporte a uma abordagem marxista de uma das linhas de pesquisa do PPGHE-USP, voltada ao estudo da produção e do mercado de bens simbólicos. Aqui se privilegia a História do Livro. A pesquisa modelar sobre o sistema de circulação literário e o papel do objeto livro no Brasil foi feita em: Deaecto, Marisa. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: Edusp, 2011.
- 2 A expressão em Febvre, Lucien e Martin, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. Apresentação de Marisa Midori Deaecto. São Paulo: Edusp. 2019.
- 3 Este autor se defrontou nos anos 1980 num sebo paulistano com um livro que possuía título, autor. Mas o conteúdo em branco. No entanto, aquele objeto circulou dotado de uma mensagem. Tratava-se de uma obra com páginas vazias intitulada “O que se perde sem Maluf”. Obras semelhantes foram feitas decênios depois contra Trump e Bolsonaro.
- 4 Faria, Maria e Pericao, Maria. *Dicionário do livro*. São Paulo: Edusp, 2008, pp.171 e 730.
- 5 Embora eu tenha tratado dos livros mais como amador (no duplo sentido da palavra) do que enquanto especialista, tive oportunidade de me dedicar academicamente ao tema num artigo sobre Gramsci (Secco, L. “Biblioteca gramsciana: os livros da prisão de Antonio Gramsci”, *Revista de História*, n. 150, Universidade de São Paulo, 2004). Já as anotações aqui apresentadas, não visam ser um guia metodológico. Elas derivam de uma pesquisa empírica e foi para responder às demandas impostas pelo tratamento da documentação primária que elaborei algumas reflexões que acabaram não integrando meu livro sobre o assunto: Secco, L. *A batalha dos livros: formação da esquerda no Brasil*. São Paulo: Ateliê editorial, 2017.

No entanto, no século XIX a pena de alguns escritores, como já o demonstrara Balzac em suas *Ilusões Perdidas*, se tornara venal e a padronização dos serviços literários foi feita mediante grandes tiragens no século XX. Eugene Sue produzia suas obras atendendo às demandas imediatas do mercado. Faltava um passo para a formação de equipes de redatores. O processo de criação não podia ser parcelado, como os alfinetes de Adam Smith, somente os suportes. Mas a velocidade da reprodução técnica e o tamanho das tiragens alteraram o processo da escrita.

No que tange à revolução dos suportes do texto, Marx sugeriu que era possível tratar da circulação de livros do ponto de vista da valorização do capital, sem descurar de sua função ideológica. Ele citava o exemplo dos compêndios de Direito Penal, os quais só podiam ter funções sistêmicas, vinculadas às necessidades de legitimação da sociedade burguesa. Como questionasse a necessidade social do Direito, ele afirmou: “*O fato é que estes trabalhadores verdadeiramente são produtivos na medida em que aumentam o capital de seu patrão; improdutivos no que concerne ao resultado material do seu trabalho*”⁶.

Não se trata aqui da noção de economia da cultura restrita aos impactos econômicos do ramo livreiro. A História pode medir os dados contidos em sucessivas edições do *Anuário editorial brasileiro*, v.gr., para, em seguida, reconstituir a totalidade da cultura do livro num dado período, incluindo seus valores simbólicos intrínsecos⁷.

A abordagem inicial parte da circulação como ponto de articulação dessas duas esferas inseparáveis do capital: produção e consumo. Quando o editor consegue aferir a curva de lucratividade dos livros, os historiadores investigam que tipo de necessidades sociais aquelas obras satisfazem e como elas auxiliam na reprodução social. A história quantitativa se combina à avaliação da recepção do texto por um público e do seu significado cultural.

O estudo de uma corrente de pensamento interessa mais se ela teve alguma efetividade mensurável na vida social. *Cum grano salis*, é verdade. O número de

6 Marx, K. *Teorias da Mais Valia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, V. I, p.214.

7 Vide Valiati, Leandro. “Introdução à Economia - uma abordagem prática”, in: Reis, Ana Carla Fonseca e de Marco, Kátia (organizadoras). *Economia da cultura: ideias e vivências*. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

edições do *Manifesto Comunista* na Rússia antes de 1917 ou da *Bíblia* no período clássico do imperialismo são índices (na terminologia da linguística): indicam, sugerem, corroboram parcialmente, mas isoladamente não são números definidores de uma transformação cultural. Neste caso, a tiragem deve estar a serviço da História...

Economia da cultura

A cultura do livro, como outras, não se define apenas como um conjunto de valores, preferências, hábitos, sentimentos e ideias compartilhadas. Há uma organicidade e reciprocidade da economia e da cultura que as tornam inseparáveis, exceto para fins analíticos. A economia da cultura, para o historiador, não se confunde apenas com a economia em geral. A cultura possui sua própria infraestrutura intelectual⁸. As instituições vinculam-se às ideias que as constituem, e essa é a leitura marxista acerca da materialidade das ideologias. Não há forma sem conteúdo e vice-versa.

Podemos tratar da história de uma editora enquanto uma empresa. Mas convenhamos que, dificilmente, ela terá algum significado relevante para o produto interno bruto de um país. A história empresarial, nesse caso, é indissociável da superestrutura ideológica. O livro é parte da estrutura ou da superestrutura? Como Marx argumentou em sua crítica a Proudhon (vide a “Carta a Annenkov”)⁹, os seres humanos como conjunto produzem simultaneamente os objetos e as ideias que os acompanham.

A História apreende o objeto livro enquanto uma contradição. O livro é uma unidade de contrários. Sua produção depende dos avanços da técnica. As ideias que carrega, por outro lado, não tem uma história em si mesma. Rigorosamente, não há história das ideias e é por isso que a História do marxismo deve ser antes de tudo a do livro marxista, dos seus movimentos, das suas revoluções, dos seus

8 Trata-se da infraestrutura imediata, intelectual. A infraestrutura dentro da própria superestrutura, conforme a defini a partir das observações de Gramsci acerca do prefácio à *Contribuição para a crítica da economia política*, de Marx. Vide: Secco, L. *A batalha dos livros*, cit., introdução.

9 Marx, K. e Engels, F. *Obras Escolhidas*, t. 1. Lisboa: Avante, 1982.

partidos, sindicatos etc e não apenas a dos autores e seus pensamentos. É evidente que uma análise das ideias constantes nos livros é essencial, mas em conjunto com as formas de leitura, o público leitor, as maneiras de difusão etc.

A organização ideológica das classes sociais é material. Nos limites de uma dada estrutura social e econômica os grupos sociais lutam pelo poder e criam a concepção de mundo adequada aos seus interesses. A vitória e a manutenção do poder dependem, entre outros fatores, da difusão da ideologia. E esta difusão, por sua vez, de instrumentos materiais (seja a tipografia, o rádio ou a informática). Dependem, em suma, de um suporte material no interior da superestrutura e que pode ser contabilizado, como dizia Gramsci.

A História do livro também encontra em seu objeto a contradição clássica entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção. No âmbito da circulação do livro, o avanço dos conteúdos desfaz os obstáculos à sua difusão mediante as mudanças de suporte. Assim, a variedade de concepções religiosas e a crítica racional das escrituras sagradas, necessárias ao desenvolvimento do próprio Estado Nacional e do capitalismo mercantil, encontraram na invenção da imprensa sua possibilidade de desenvolvimento.

O impresso foi a forma em que a contradição entre o monopólio do escrito pela Igreja e difusão das obras em língua vulgar, destinadas a um público que viria a ler (ou ouvir) nela e não em latim, foi resolvida. Mas a imprensa não se resume a uma nova técnica e implica uma organização empresarial da cadeia do livro.

No século XIX, a emergência do romance burguês numa sociedade ainda aristocrática gerou uma nova contradição. Lukács observou que naquele gênero, um herói solitário luta contra a sociedade, ao contrário do herói épico que espelha os valores de uma comunidade. No entanto, o personagem burguês busca valores que já foram corrompidos e degradados. Por isso Marx afirmou numa famosa nota de rodapé de *O Capital*, que “Dom Quixote já pagou pelo erro de presumir que a Cavalaria Andante seria igualmente compatível com todas as formas econômicas da sociedade”¹⁰.

A identidade entre herói e a comunidade típica do gênero épico desapareceu. O próprio consumo do livro impresso é solitário e exige uma nova revolução da

10 Marx, K. H. *O Capital*. Trad. Flavio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 77.

imprensa. A resolução da contradição entre produção limitada e consumo disseminado nos lares burgueses se deu pelo advento das grandes tiragens, novos espaços de venda e leitura e pelo formato in oitavo e mais tarde in-16, mais práticos para a leitura nos trens, ruas e cafés.

Literatura

De diferentes maneiras, os autores marxistas ofereceram os princípios para uma análise do livro como fenômeno reprodutível em escala industrial. Ernst Mandel revelou a evolução dos desejos e as formas desenvolvidas pela indústria editorial para atendê-los em diferentes conjunturas da história dos séculos XIX e XX. Todavia, ele não empreendeu uma leitura do fenômeno total, abarcando apenas o lado da demanda. No entanto, ao tratar do romance policial como fenômeno social e não literário, ele conseguiu evitar a História tradicional da literatura (que é diversa de uma História do livro) e as explicações psicológicas para as mudanças na história do gênero policial. Este existe na modernidade capitalista porque responde dentro do horizonte burguês (e só aparentemente contra ele), a uma necessidade de semi-emancipação e semi-sублиmação, o que sugere que a emancipação plena está interdita.

A natureza bem sucedida do gênero não está no reflexo dos interesses burgueses, mas na capacidade de criticá-los sem extrapolar os limites estruturais do capital. Funcionar como eletrodo negativo é vital para que o circuito se feche e não deixe verdadeiras saídas, apenas fugas ilusórias que, ao cabo, permitem a reconciliação com o mundo burguês.

Se o romance é burguês, a literatura policial é burguesa *par excellence*¹¹. Mesmo aquela feita por autores “menores”. Todavia, isso não significa que os conteúdos não possam ter elementos críticos. O romance policial sueco teve um exemplo na trilogia *Millenium* (Stieg Larsson) escrita em defesa do feminismo e com personagens que oscilam entre a esquerda moderada e a extrema esquerda

11 Mandel, E. *As delícias do crime*. São Paulo: Busca Vida, 1988, p.117.

anarquista¹². Ele teve um antecedente mais ortodoxo no jornalista comunista Per Wahlöö (1926-1975) e na escritora Maj Sjöwall (1935-). O primeiro romance deles foi *Roseanna* (1965) com a temática da violência contra a mulher. Ainda nas edições atuais (ao menos na Europa e Estados Unidos, a pequena biografia dos autores inclui necessariamente a informação: “They were both committed marxists”. Mas tais elementos, embora educativos para um meio como o da literatura comercial, eram suficientes para modificar o significado formal e a função social do romance policial?

Vários dos autores menores venderam muito mais livros do que vanguardistas que inscreveram seus nomes no cânone acadêmico, como prova o caso de Feuillet, na França, ou de Humberto de Campos, no Brasil, para não falar de outros mais recentes. Muitos autores copiosos integram aquilo que os alemães chamaram de *Trivialliteratur* e que implica escrita mecânica¹³ e enredo decidido em pesquisas de mercado, de tal sorte que a autoria quase se torna uma marca.

Tal literatura importa ao historiador do livro. Klaus Inderthal chamou aquele tipo de obra de “literatura irrefletida”. Argumentou que ela visa sobrepujar a monotonia de uma vida padronizada burguesa “através de uma inofensiva (posto que vicária) reintrodução da aventura e do drama na vida cotidiana”¹⁴. É uma literatura em que o herói encarna os valores da classe média, entre o submundo das ruas e as altas rodas dos mercados financeiros e suas taras e crimes sexuais. Isso nos lembra a experiência do protagonista do *Romance de sonho* de Arthur Schnitzler.

Quando Dom Quixote enlouqueceu com suas leituras ainda não havia hospícios e ele podia conviver em sociedade. Mas depois, foi preciso que as aventuras fossem previsíveis, controladas ou punidas. Assim, Madame Bovary reencontra nos seus adultérios a mesma rotina do seu casamento. *Dom Casmurro* retoma o argumento de *Otelo*, mas aqui a solução foi trágica enquanto Bentinho e Capitu tem a solução mais burguesa possível: desfazem um contrato. Por isso, a

12 Sobre o posicionamento de esquerda da revista de um dos heróis do romance em: Larsson, Stieg. *The Girl with the Drago Tattoo*. N. York: Vintage, 2009, p. 55.

13 Id. Ibid, p.13.

14 Id. Ibid., p. 27.

ascensão do romance entronizou um estilo *serieuse*, nem trágico e nem cômico¹⁵.

A História do livro pode associar conteúdos e cultura de dada época. Mas deve, depois, recorrer ao estudo do circuito de valorização do capital editorial para ressignificar o objeto cultural. O Marquês de Sade, antes proibido e feito em edições descuidadas e sem mediação editorial explícita, integrou a prestigiosa coleção Pléiade e fez-se um clássico francês tanto quanto outro iconoclasta: Rimbaud. *A Sociedade do Espetáculo*, assim como o seu autor, gozou de uma aura revolucionária e anti mercantil nos anos pós 1968. Mas depois, Debord preferiu negociar seus direitos autorais com uma editora prestigiosa: a Gallimard¹⁶, cujo editor era o mesmo que tornara Sade um clássico.

Toda obra *pour épater le bourgeois* só abala a moral vigente na primeira vez. Na segunda, ela é absorvida e seus autores são expostos nas galerias de arte. De tal sorte que o capital rompe continuamente suas próprias normas, mas dentro da forma mercadoria. Toda a violação inofensiva da padronização da vida só é realizada por um produto padronizado.

O marxismo como mercadoria

Mas nem só os conteúdos “populares” servem à reprodução social. Não poderia o próprio marxismo se tornar (num nível bem mais elementar, é verdade) um objeto cultural valorizado e mercantilizado?

Neste caso, o que chamaríamos de “marxismo” seria uma mercadoria com este conteúdo, com este nome e tão legítima quanto a leitura de *O Capital* num grupo de pessoas preparando suas carreiras. Mas este livro *O Capital* seria, parafraseando fora de contexto o jovem Gramsci, o dos burgueses.

Quando Marx estabeleceu os circuitos de recepção ativa da literatura socialista, ele mostrou como os alemães incorporaram a literatura revolucionária francesa: pela “tradução”. Mas a tradução era feita como um palimpsesto. A filosofia

15 Moretti, Franco. *O Burguês*. São Paulo: três Estrelas, 2014

16 Após a morte de Debord, suas obras passaram à Fayard.

alemã se reescrevia por cima do original francês e emasculava aquelas obras políticas que eram revolucionárias porque correspondiam às exigências sociais e econômicas francesas. O verbo escrever ou traduzir não tinha ali o significado denotativo. Os “alemães” traduziam quando liam. Marx criticava assim o “Socialismo verdadeiro ou alemão” no *Manifesto Comunista* e mostrava como as obras importadas eram “reescritas” na tradução para o mercado importador.

O problema não está, de novo, no conteúdo apenas e sim em apreendê-lo como parte do processo de reprodução social. Como “objeto cultural, o marxismo se volta contra a atividade cultural em geral para desvalorizá-la e por a nu os privilégios de classe e o ócio que ela pressupõe para seu deleite. Desse modo, o marxismo se destrói como mercadoria espiritual e interrompe o processo de consumo cultural no qual, no contexto ocidental, veio a se engajar”¹⁷. Ou como pensavam Marx e Engels, o comunismo não é um ideal; portanto, não é um pensamento exterior ao mundo e que o julga a partir de uma posição extrínseca. Ele é um movimento real que se auto conhece. Por isso, o marxismo não pode se apresentar senão despindo-se de sua ganga mística e revelando atrás de si as origens sociais de sua produção. A autoconsciência do movimento é possível porque não se trata de mero reflexo invertido da realidade, ou não haveria nela mesma nenhum critério para distinguir o que é conhecimento e o que é ideologia¹⁸. Para a História do livro, isso mostra que a materialidade dessa mercadoria, tão vinculada à produção ideológica, está sempre imersa em relações sociais. Por isso a abordagem marxista não a apreende como uma matéria *tout court*¹⁹. O livro é, antes de tudo, uma relação social que envolve autores, o Direito, o público, os editores e todo o contexto social.

Uma obra não se completa sem o leitor. Sem um conteúdo radical, qualquer mediação editorial e qualquer contexto político não bastam para engajar uma obra em ações radicais. Todavia, a forma não é simples fôrma. Ela *significa*. A simples leitura de um livro altera o seu conteúdo²⁰, embora as letras no papel

17 Jameson, F. *Marxismo e Forma*. São Paulo: Hucitec, 1985, p.128.

18 Merleau-Ponty, M. *As Aventuras da Dialética*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.82.

19 Jakubowski, Franz. *Ideology and Superstructure in Historical Materialism*. London: Pluto Press, 1990, pp. 61-62. Lukács, G. *Histoire et Conscience de Classe*. Paris: Éditions du Minuit, 1960, p. 39.

20 Tratei de maneira esparsa desse tema em: Secco, L.; Deaecto, M. M. “Seditious Books and ideas of revolution in Brazil (1830-71)”. In: Ana Claudia Suriani da Silva; Sandra Guardini Vasconcelos. (Org.). *Books and periodicals in Brazil (1768-1930)*. Londres: Legenda, 2014, v. , p. 52-67. Deaecto, M. M. e Secco, L. *Bibliomania*. São Paulo: Ateliê, 2016.

impresso continuem as mesmas. É que sua entrada neste ou naquele circuito, sua leitura coletiva ou individual, sua comercialização e os espaços em que circula nunca são indiferentes.

Isso não está em contradição com a “eternidade” da obra. Antes, a corrobora. Marx argumentou que certas épocas artísticas não estão relacionadas com a “ossatura” da sociedade. A literatura grega dependia da mitologia, um tipo de explicação que molda fantásticamente a sociedade na imaginação²¹. Ésquilo só foi possível porque a sociedade em que produziu não tinha um modo de produção avançado. Aquelas condições “imaturas” é que permitiram um modelo de arte inalcançável hoje. Independentemente da sua gênese, uma obra pode ter validade universal. No entanto, Homero não é mais predominantemente escutado publicamente ou lido num *volumen*. Essa mudança de suporte está ligada a outras transformações sociais.

Objetivos de uma abordagem dialética do livro

A história da produção cultural no campo do livro visa responder inúmeras questões: quais as características do público leitor? Quais são as relações entre escritores, tradutores e editores? Como as práticas de leitura incidem na produção literária? Como a letra impressa afeta as práticas de leitura? Qual o custo do livro em termos relativos? Como determinados momentos históricos se manifestaram no campo do livro?²²

A história marxista do livro não difere muito daquela de outros impressos, mas há que se refletir sobre as funções diversas deles. O jornal é um aparador de choques do cotidiano, introduzido originalmente em muitos casos para reportar notícias da indústria. Sua leitura é efêmera e a disposição das matérias pode neutralizar qualquer reflexão (algo semelhante, em escala maior, acontece com as notícias na TV e internet). O livro é uma reflexão continuada e sua leitura é demorada. Ainda que haja livros curtos de ocasião sobre assunto explosivo e

21 Marx, K. H. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. México: Siglo XXI, 1987, p.33.

22 Subercaseaux, Bernardo. *Historia del Libro em Chile*. 3 ed. Santiago: LOM Ediciones, 2010, p.10.

jornais com encartes de teoria. O jornal visa estabilizar o leitor diante de uma multidão de fatos contraditórios e inexplicáveis.

Ao lermos um livro somos tão modificados pelo seu conteúdo quanto também o mudamos à revelia da vontade do autor. A produção do texto, impressão, distribuição e consumo só existem como atividades autônomas em primeira análise. A cultura que os envolve constitui a totalidade. O mistério da leitura se revela na forma: um conjunto de signos impressos que compõem um sentido que apenas se realiza pela prática da leitura. E, no capitalismo, também pela sua circulação mercantil.